

# A EDUCAÇÃO DO BRASIL E O RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL – UM AJUSTE NEM TÃO JUSTO ASSIM



**Demerval Bruzzi**  
Doutor em Educação, graduando em Psicologia. Ex-diretor do Ministério da Educação

O recente lançamento do relatório *Um ajuste justo – Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, do Banco Mundial, tem provocado grande alvoroço nas mídias sociais e pequenos grupos, em especial em Brasília/DF. O que me causa estranheza é que o relatório foi encomendado pelo governo brasileiro e aponta para questões que já estamos cansados de saber.

Faço aqui um pequeno recorte da educação para que o amigo leitor possa entender melhor meu posicionamento. De acordo com o citado relatório, o sistema público de educação no Brasil é caracterizado pela baixa qualidade dos professores e pelos altos índices de reprovação. Todos esses fatores levam a ineficiências significativas. Se todos os municípios e estados fossem capazes de emular as redes escolares mais eficientes, seria possível melhorar o desempenho (em termos de níveis de aprovação e rendimento estudantil) em 40% no Ensino Fundamental e em 18% no Ensino Médio, mantendo o mesmo nível de despesas públicas. Dada nossa ineficiência, gastamos hoje cerca de 62% mais do que precisamos, o que corresponde a quase 1% do PIB.



Ainda citando o relatório, não posso deixar de observar que os números apresentados há tempos são nossos conhecidos. Por exemplo, com relação ao total das despesas com educação, o relatório informa que, no Brasil, chegou a 6% do PIB.

Já em 2010, os gastos com educação no Brasil eram superiores à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (5,5%), do Brics (5,1%) e da América Latina (4,6%). As despesas públicas com todos os níveis educacionais aumentaram a uma taxa real de 5,3% ao ano entre 2000 e 2014. O crescimento

dos gastos ocorreu em todas as áreas, mas a Educação Infantil e o Ensino Médio registraram os índices mais altos. No entanto, a qualidade nesses níveis de ensino é inversamente proporcional ao investimento.

Apesar de expor nossas mais profundas deficiências, o relatório aponta mudanças na qualidade de nossa educação pública, como, por exemplo, na matemática, evidenciando melhoras significativas na prova dessa disciplina no *Programa Internacional de Avaliação de Estudantes* (Pisa). A nota média brasileira passou de 68% para 79% da média da OCDE entre 2002 e 2012. Contudo, desde então, os resultados caíram para 77% em 2015 (o mesmo nível de 2009).

Ainda que aponte dados conhecidos, o relatório apresenta alguns erros gravíssimos do ponto de vista matemático estatístico, em especial quando compara alunos das universidades federais a alunos da iniciativa privada.

Ao fazer essas comparações, o relatório ignora pontos fundamentais nos gastos públicos, como instalações que inexistem na maioria das particulares, tais como hospitais, clínicas veterinárias, fazendas experimentais com laboratórios de alta complexidade, inclusive de sequenciamento genético, observatórios astronômicos, aceleradores de partículas. Sem falar em pesquisadores e técnicos que trabalham nesses laboratórios e são subsidiados por recursos públicos, impactando diretamente no valor aluno e não detalhados no relatório.

Curiosamente, o documento aponta problemas no financiamento estudantil, o Fies, exatamente no momento em que o programa passa por um pente-fino pela Polícia Federal. Assim, apesar de os dados levantados serem mais do que conhecidos pela comunidade educacional, erros em comparações de grandezas diferentes colocam em risco sua credibilidade, sendo este talvez o motivo principal de repercussão tão negativa nas mídias sociais.

Como é de se esperar em relatórios com repercussão dessa magnitude, os dados apontam para o fato de que a eficiência e o desempenho estão correlacionados: as escolas com os melhores resultados são, também, as mais eficientes. De acordo com o relatório, os 25% de escolas com o melhor desempenho são, na média, 20% mais eficientes que as escolas no segundo quartil.

Assim sendo, polêmicas a respeito das universidades federais à parte, parece-me mais uma vez claro que a educação só será solução em nosso Brasil quando resolvermos a questão da gestão. E, como gestão na ou da educação, entendo que o próprio Ministério da Educação deva retornar alguns anos, quando mantinha um corpo técnico superior ao atual corpo político, cujo trabalho tem sido substituir programas de sucesso, ao invés de criar e manter programas inovadores.

E, antes que algum leitor possa me acusar de tendencioso, ou neoliberal, cito aqui o artigo de Graça Druck, Luiz Figueiras e Uallace Moreira, intitulado *Ajuste fiscal e as universidades públicas brasileiras: a nova investida do Banco Mundial*, que nos lembra que o documento em questão foi "encomendado" pelo então ministro da Fazenda (Joaquim Levy) do segundo Governo Dilma.

Como não poderia deixar de ser, na condição de pesquisador, finalizo este artigo defendendo as universidades federais, por meio de uma passagem no artigo acima citado: "Sustentada no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, as universidades federais formam, ininterruptamente, gerações para todas as profissões e, não por acaso, aqueles profissionais mais reconhecidos, nacional e internacionalmente, pela sua contribuição científica são oriundos dela e das demais universidades públicas". ■

[www.dbuzzi.pro.br](http://www.dbuzzi.pro.br)